



NOVOS RUMOS... NOVOS DESAFIOS...

O ESTADO DA EDUCAÇÃO

A apresentação anual, pelo Conselho Nacional de Educação, de um relatório sobre o estado da educação em Portugal é um hábito instalado há alguns anos. Assim, foi já divulgado o relatório referente a 2013 – o primeiro apresentado pelo CNE na sua atual composição, presidido por David Justino.

Além dos muitos dados oficiais que em cada ano são vertidos nestes relatórios, interessa avaliar a análise crítica que é produzida, ou seja, como se olha para as alterações no sistema educativo resultantes das medidas aplicadas pelo poder político, sem esquecer que o CNE é um órgão que se pretende independente e deve assumir um posicionamento de grande isenção na apreciação dos factos que analisa. É a este nível que se pode notar uma postura bastante diferente por parte do CNE, relativamente a relatórios anteriores.

Todos nos lembramos que foi no man-

dato de David Justino que decorreu um processo de alterações à atual Lei de Bases do Sistema Educativo, que chegou a ser aprovado na Assembleia da República e só não foi para a frente porque a lei aprovada foi vetada pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio. Agora como presidente do CNE, é a mesma figura que introduz neste relatório um significativo corte com uma prática corrente do Conselho – a introdução, que era realizada de forma coletiva, passou a ser de responsabilidade individual, saindo apenas da pena do presidente.

Tal facto, de clara relevância política, traduziu-se numa posição de imputar à crise e suas “inevitabilidades” a responsabilidade central de todas as medidas políticas que vão empobrecendo drasticamente a Escola Pública, maltratando duramente os professores e restantes agentes educativos e produzindo recuos sistemáticos nas condições de aprendizagem de crianças e jovens, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior.

Um órgão com a importância do CNE não foi criado para servir de amortecedor dos atos políticos de qualquer governo, como pretende o ex-ministro David Justino.

spninformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Fotografia** Henrique Borges, Adriano Rangel (capa e pág. 21) e Ana Alvim (pág. 2) · **Impressão** Multiporto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

Aprovado em 25 de novembro, o Orçamento do Estado para 2015 representa a continuidade das políticas de austeridade impostas nos últimos anos. Uma austeridade recessiva, que, além de não ter resolvido os problemas económicos do país, deixou marcas profundas na sociedade: aumento do desemprego, empobrecimento da população (em particular da classe média) e emigração forçada de centenas de milhar de pessoas (entre as quais muitos professores e outros jovens qualificados), são dos indicadores mais dramáticos.

Sabemos que em Portugal, como noutros países, a crise está a ser usada para reduzir o investimento público nas áreas sociais e impor reformas ideologicamente orientadas. Este caminho tem vindo a comprometer o direito de todos à Educação e a pôr em causa a qualidade educativa, a igualdade de oportunidades e o emprego no setor – nos últimos três anos, foram eliminados 34.000 postos de trabalho docentes, uma redução de 19,5% que não pode ser justificada pelo tão propalado declínio demográfico, uma vez que, no mesmo período, a redução do número de alunos se situou nos 6,1%.

Instrumento importante da estratégia de desinvestimento progressivo na Educação Pública é a designada reforma do Estado, já em curso em várias vertentes e cuja concretização o Governo vai procurar acelerar neste último ano de mandato, como forma de condicionar a ação do governo seguinte. No capítulo *Educação: propostas para uma maior autonomia e liberdade de escolha*, a primeira medida prevista é “uma maior descentralização de competências para as autarquias”. Seguem-se, por esta ordem e entre outras, a celebração de mais contratos de autonomia, a criação de “escolas independentes”, um novo tipo de contratos de associação, a efetiva aplicação do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e o cheque-ensino.

Do conjunto de medidas com implicações profundas na estrutura e funcionamento do sistema educativo, na garantia do direito a uma educação de qualidade para todos e na (des)regulação da profissão docente, a *municipalização* assume grande importância e atualidade. O secretismo com que está a ser negociada assume contornos inusitados e, só por si, é razão suficiente para a exigência de suspensão imediata de todo o processo. Mas há outras razões ponderosas para que o projeto-piloto não avance: a importância de o fazer preceder de um debate alargado sobre caminhos e condições para a descentralização administrativa do país; a imperiosa necessidade de discutir seriamente o conteúdo e as implicações das propostas do Governo ao nível do financiamento, da gestão pedagógica e curricular e da gestão do pessoal docente; a imprescindível garantia de envolvimento das escolas e dos professores em todas as fases do processo, valorizando as suas posições e os seus contributos.

A municipalização da educação – ou o que eufemisticamente se lhe queira chamar – é uma das questões que a Fenprof vai colocar aos partidos políticos em ano de eleições legislativas, visando a clarificação de posições e a assunção de compromissos pré-eleitorais. Mas é apenas uma de um conjunto de matérias igualmente importantes, de que são exemplo o sistema de “requalificação”/mobilidade especial (para onde o Governo pretende empurrar mais de 700 trabalhadores já em janeiro), ou a PACC, um (v)exame que não desistiremos de combater. Neste contexto, a greve ao serviço relacionado com a PACC – convocada pela Plataforma Sindical e que o MEC procurou impedir com a imposição de serviços mínimos (pretensão derrotada pelo Colégio Arbitral, desta vez por unanimidade) – é um imperativo profissional e cívico: os direitos defendem-se, exercendo-os!



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

2015 será um ano de forte ação sindical, num contexto político muito adverso, mas em final de ciclo. Como se enuncia no Plano de Atividades do SPN, a definição e a concretização de uma agenda sindical capaz de contribuir para a construção de alternativas ao atual governo e às suas políticas implica praticar um sindicalismo de proximidade em torno dos problemas concretos de cada setor, melhorar e reforçar a ligação às escolas, desenvolver a informação e a formação, agir e lutar setorialmente e com os restantes trabalhadores, no fortalecimento de uma contraofensiva ideológica que articule e potencie as resistências sociais, também às escalas europeia e mundial.

Isto mesmo foi reafirmado no debate comemorativo do 32º aniversário do SPN, sublinhando o papel insubstituível dos sindicatos, mas também a responsabilidade individual e coletiva (“daqueles a quem calhou este tempo, este espaço, este mundo”), na construção de alternativas políticas e na sua transformação em políticas alternativas. Um desafio pertinente, sem dúvida, neste ano final de ciclo.



CONTRA OS ABUSOS E AS ILEGALIDADES



O horário de trabalho docente é regulado pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD, artigos 76º a 85º), aplicando-se ainda disposições da legislação geral, de que é exemplo o horário de 40 horas imposto pelo artigo 105º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, bem como outra legislação específica: Despacho Normativo nº 6/2014, de 26 de maio (organização do ano letivo), ou Despacho nº 9.302/2014, sobre o desporto escolar. Por se tratar de uma função com carácter muito específico, o ECD e o DN 6/2014 procedem a uma regulamentação mais fina da prestação do serviço.

O horário e as condições de trabalho, a par do salário, são as matérias que melhor conformam uma profissão, pelo que a organização dos horários sempre tem sido uma das maiores preocupações dos docentes, sobretudo nos últimos anos, em que se têm verificado cada vez mais situações de sobrecarga de trabalho. Mas se isso já era usual há vários anos, a situação vivida este ano, com numerosos e significativos atrasos nas colocações de docentes e a introdução de diversas medidas visando a compensação de aulas não dadas aos alunos poderão reforçar e multiplicar situações de abuso e de incumprimento da lei na organização de horários e na distribuição de serviço, pelo que importa lembrar alguma informação legal sobre a matéria [páginas seguintes].

Incumprimentos. Se algumas das formulações não vão além de ‘bondosas’ intenções que a falta de bom senso e de sentido de justiça de alguns diretores acaba por tornar vãs – como é o caso da que refere que “na organização da componente letiva, será tido em conta o máximo de turmas disciplinares a atribuir a cada docente, de molde a, considerados os correspondentes programas, assegurar-lhe o necessário equilíbrio global, garantindo um elevado nível de qualidade ao ensino” –, outras há cujo incumprimento pode e deve ser contestado pelos professores, para o que o Departamento de

Contencioso e Apoio a Sócios do SPN se disponibiliza a prestar o apoio necessário, analisada cada situação particular.

Alguns exemplos de ilegalidades cometidas:

- atribuição de mais horas letivas do que as constantes do horário, muito frequente em situações de contratação tardia ou no regresso de ausências mais ou menos prolongadas, nomeadamente na sequência de doença ou casamento, sem a devida consideração como serviço extraordinário;
- atribuição de funções letivas, de facto, no âmbito da componente não letiva de estabelecimento – reforço de aprendizagens, preparação para exames ou apoio ao estudo (por vezes a toda a turma), apoios pedagógicos a grupos de alunos, etc.;
- não atribuição de tempo para reuniões no âmbito da componente não letiva de estabelecimento;
- não atribuição, ou atribuição manifestamente insuficiente, de tempo para as funções desempenhadas (coordenação de departamento curricular ou de núcleos de desporto escolar, p. ex.);
- não consideração do tempo de deslocação entre escolas como tempo de trabalho na componente não letiva de estabelecimento – a que acresce a muito frequente recusa do pagamento das despesas efetuadas, ou do correspondente subsídio, ou o pagamento abaixo do estipulado por lei.

Com todas as alterações que têm vindo a ser introduzidas em matéria de Educação, ou nas condições de trabalho em geral, bem como nas condições de aposentação, o horário e as condições de exercício da profissão já são suficientemente duros, mesmo quando a lei é escrupulosamente cumprida, pelo que todas estas situações, que evidentemente não esgotam o leque de ilegalidades praticadas em muitas escolas e agrupamentos, merecem e devem ser devida e prontamente contestadas.

O SPN está cá para ajudar os sócios a fazê-lo!

ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO

O horário docente tem duas componentes, letiva e não letiva, e desenvolve-se em cinco dias de trabalho. A componente letiva é de 25h semanais para a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo e de 22h (1100 minutos) para os restantes, incluindo a Educação Especial.

No horário é registada a totalidade da componente letiva e a parte não letiva de estabelecimento, que não pode ir além de 150 minutos em todos os setores – a componente não letiva para trabalho individual não é registada, sendo a sua gestão da exclusiva responsabilidade de cada docente; também não o são as reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do nº 3 do artigo 82º do ECD.

A organização da componente letiva terá em conta o máximo de turmas disciplinares a atribuir a cada docente, de molde a, considerados os correspondentes programas, assegurar-lhe o necessário equilíbrio global, garantindo um elevado nível de qualidade ao ensino. Não são permitidas mais de seis horas letivas consecutivas. [ECD, artºs 76, 77, 78, 82 e DN 6/2014, artºs 6 e 7]



TRABALHO DE ESCOLA

O diretor atribui as atividades a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de entre as previstas (ECD, artº 82, nº 3) ou outras aprovadas pelo Conselho Pedagógico ou consagradas na legislação em vigor. Esta componente deve garantir que fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos e que sejam realizadas as atividades educativas necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento.

Para elaboração dos horários, o diretor deverá ter em consideração o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1º Ciclo durante os intervalos, com exceção do período de almoço, assim como o atendimento aos encarregados de educação.

O trabalho a nível de escola deve ser desenvolvido sob orientação das respetivas estruturas pedagógicas intermédias com o objetivo de contribuir para a realização do projeto educativo, podendo compreender as seguintes atividades:

- a) colaboração em atividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
- b) informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
- c) participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;
- d) participação, devidamente autorizada, em ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola definidas no respetivo projeto educativo ou plano de atividades;
- e) substituição de outros docentes do mesmo agrupamento/escola não agrupada na situação de ausência de curta duração – inferior a cinco dias letivos na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo ou a dez dias letivos nos 2º e 3º ciclos e no Ensino Secundário;
- f) realização de estudos e de trabalhos de investigação que, entre outros objetivos, visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;
- g) assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão;
- h) acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;
- i) desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;
- j) acompanhamento e supervisão das atividades de enriquecimento e complemento curricular;
- l) orientação e acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;
- m) apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- n) produção de materiais pedagógicos.

[ECD, artº 82, nº 3 e nº 5]

SUBSTITUIÇÃO DE DOCENTES



Tem lugar nos seguintes termos:

- preferencialmente, mediante permuta da atividade letiva programada entre docentes da mesma turma ou entre docentes legalmente habilitados para a lecionação da disciplina;
- mediante lecionação da aula correspondente por um docente do quadro com formação adequada e componente letiva incompleta, de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina;
- através da organização de atividades de enriquecimento e complemento curricular que possibilitem a ocupação educativa dos alunos, quando não for possível assegurar as atividades nas condições anteriores.

[ECD, artº 82, nº 7]



SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO



Aquele que, por determinação do órgão de administração e gestão, for prestado além do número de horas das componentes letiva e não letiva registadas no horário semanal de trabalho do docente. O serviço docente extraordinário não pode exceder cinco horas por semana, salvo casos excecionais devidamente fundamentados e autorizados pelo diretor regional.

Não deve ser distribuído serviço docente extraordinário aos docentes que se encontrem ao abrigo do Estatuto do Trabalhador-Estudante, com apoio a filhos deficientes e àqueles que beneficiem de redução ou dispensa total da componente letiva (ECD, artº 79), salvo nas situações em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal do docente em função da carga horária da disciplina que ministra

[ECD, artº 83]



O que aconteceu no início deste ano escolar com os concursos docentes pode levar algumas pessoas a pensar que se atingiu o grau zero, que se bateu no fundo, que é impossível fazer pior. Mas...



PIOR É POSSÍVEL!...

1. Habitualmente divulgadas no final de Agosto, as colocações do concurso de mobilidade interna, que incluía a candidatura dos cerca de 2000 docentes que ingressaram em quadros de zona pedagógica (QZP) através do concurso externo extraordinário, e que desconheciam ainda em que escolas iriam ser colocados, bem como as da contratação inicial, só foram conhecidas no dia 9 de Setembro.

Desde logo se constatou que nem com aquele atraso as listas eram correctas e fiáveis, antes apresentavam diversos erros (para os quais, três meses depois, ainda não se conhecem soluções...), sobressaindo múltiplos casos de docentes dos quadros retirados das listas por alegadamente terem tido componente lectiva atribuída (mas em que as escolas afirmavam não terem procedido a essa retirada), de docentes colocados em escolas onde não havia horário para eles (por vezes, vários na mesma escola), ou ainda de docentes contratados que reuniam todas as condições para a renovação de contrato, para tal tendo dado a sua concordância e tendo obtido a da direcção da escola, mas que não viram o contrato renovado.

Também atrasados chegaram os resultados dos concursos externos realizados pelas escolas de Ensino Artístico Especializado, quer de música e dança, quer das artes visuais e audiovisuais. Na sequência do atraso, também os processos de contratação daquelas escolas para as necessidades ditas residuais, ainda que abranjam dezenas de contratações em cada escola, só puderam ocorrer com cerca de um mês de atraso.

2. A introdução da Bolsa de Contratação de Escola, novo processo de contratação aplicado às escolas com contrato de autonomia e, até 2017, também às escolas TEIP e profissionais públicas, foi feita com o recurso a uma fórmula matematicamente errada, que não respeitava a ponderação legalmente imposta (50%) da graduação profissional e da avaliação curricular, esta com recurso à ponderação de subcritérios escolhidos pelas escolas (vários deles levantando imensas dúvidas quanto ao respeito pelos princípios da legalidade e da igualdade entre candidatos), sobre os quais os candidatos a mais do que um grupo de recrutamento não tinham como saber a que grupo se aplicavam!

Erros que o MEC tardou em assumir, apesar dos múltiplos alertas, designadamente da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que acabaram por levar a que as contratações inicialmente feitas (12 de Setembro) tenham sido anuladas e refeitas, embora apenas três semanas depois (3 de Outubro), tendo sido reaberta a plataforma informática para que os candidatos reformulassem as suas candidaturas, já depois da publicação de uma lista com 1.347 páginas que discriminava os subcritérios correspondentes a cada BCE de cada escola/agrupamento.

Uma situação que não iria prejudicar ninguém, garantira o ministro perante toda a nação, em 18 de Setembro, em plena Assembleia da República, imediatamente antes de pedir desculpa aos professores, aos directores das escolas, aos deputados e ao país, afirmando que iria "recalcular todas as posições com uma harmonização de escala. Onde houver e se houver alguma ultrapassagem de posições, essa situação será corrigida. Os professores colocados mantêm-se, os alunos não serão prejudicados. Depois da nova ordenação, eventuais duplicações serão avaliadas caso a caso; o objectivo é que ninguém seja prejudicado."

Afinal, o que aconteceu foi bem diferente, com as primeiras listas a serem pura e simplesmente anuladas e, de acordo com o próprio MEC, centenas de professores a verem a sua situação de colocação alterada e cerca de 150 a ficarem sem colocação.

3. Mas a BCE não falhou apenas por erros matemáticos ou por um evidente erro de concepção, que leva, com alguma naturalidade, a que um mesmo docente possa ser seleccionado para várias escolas em simultâneo, como o provou à sociedade a colocação de um docente em 75 escolas, o qual, após a correcção das listas, viu o número de colocações aumentar para cerca de uma centena!

Não, o novo processo enferma, desde a sua génese legal, de outros problemas. Um deles é não estar prevista a divulgação pública da forma de ponderação das respostas dadas pelos candidatos aos subcritérios escolhidos pelas escolas, quando tenham várias opções de resposta; outro é o facto de não estar prevista a divulgação de listas de colocações.



Relativamente a esta última questão, a nova directora-geral da Administração Escolar já implementou a divulgação, respondendo a uma exigência da Plataforma de Sindicatos, que a Fenprof integra. Solução que, mesmo assim, deixa bastante a desejar, já que a lista em causa carece da inclusão de mais informação, designadamente a data do pedido de horário, a data de aceitação da colocação e o tipo do contrato (anual ou temporário).

4. Curioso, no meio de tudo isto (e a justificar o título), é que, apesar de a maior parte dos problemas surgir na contratação de escola, que a BCE acentuou e tornou mais visíveis pela simultaneidade do processo em mais de 300 escolas, logo se multiplicaram, quais cogumelos no Outono, as opiniões de que as colocações deveriam ser descentralizadas, passando para as escolas ou para as autarquias, apontam alguns, sequiosos de um poder autocrático, em que se abriria caminho à proliferação de critérios subjectivos e opacos, fosse só porque sim ou para melhor prosseguir políticas de contratação com objectivos publicamente inconfessáveis e que iriam contra princípios legal e constitucionalmente estabelecidos. Uma opção opinativa que até acordou da sua habitual letargia o Presidente da República...

Ou seja, quando se torna necessária uma revisão do diploma de concursos, no sentido de o extirpar do que de mais gravoso lá consta, corre-se sério risco de a legislação resultante de tal processo vir ainda a piorar e a generalizar o que já deu provas de ser tão mau, seja nas mais de 300 escolas e agrupamentos TEIP ou com autonomia, seja em todas as outras, em que, lembramos, é a contratação de escola que responde a quaisquer necessidades surgidas depois do final do 1º período.

5. De qualquer forma, o SPN não deixa de defender uma nova revisão do Decreto-Lei 132/2012, a qual deverá ser aproveitada para, entre outras alterações, regular a ordenação dos candidatos à mobilidade interna exclusivamente com base na graduação profissional. No que respeita ao ingresso em quadros, é necessário introduzir critérios objectivos para a abertura de vagas que respondam às reais ne-

cessidades das escolas e à necessária qualidade das condições de ensino e aprendizagem, devendo aproveitar-se, ainda, para reduzir a área dos QZP, manifestamente exagerada em vários casos, e para recuperar a priorização dos candidatos que tenham prestado serviço docente em escolas públicas – estes são alguns dos princípios defendidos pelo SPN e pela Fenprof, que podem ser consultados com maior detalhe em www.spn.pt/Media/Default/Info/7000/500/40/7/cartaz_principios.pdf.

Se preciso fosse, os problemas verificados este ano tornam ainda mais evidente e urgente, no que respeita especificamente à contratação, a necessidade de adoptar uma solução que passe pela realização de um concurso nacional a partir de lista ordenada em função da graduação profissional dos candidatos. Até hoje, todas as soluções diferentes provocaram problemas graves, fossem as chamadas ofertas de escola ou, agora, as BCE. Muitos dos critérios, tal como em anteriores momentos de concurso, não respeitaram a lei e a falta de transparência foi sempre negativamente destacada pelos professores. Isto para além de outras inevitáveis consequências, como a já referida possibilidade de múltiplas colocações de um candidato, atrasando inevitavelmente vários processos de colocação.

José Manuel Costa

[o autor não respeita o AO90]



Ensino Particular e Cooperativo

NÃO HOUE ACORDO FENPROF/AEEP

Acabou o processo de conciliação entre a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), que decorria no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) e através do qual se pretendia chegar à celebração de um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo. A conclusão do processo precipitou-se porque a associação patronal apresentou como condição para chegar a acordo uma proposta que a Fenprof considerou inaceitável – pretendia a AEEP que todos os professores que legalmente reuniram condições e progrediram de nível em 1 de setembro fossem despromovidos e devolvessem à entidade patronal, em prestações, o acréscimo remuneratório que receberam após a progressão.

Além disso, a AEEP pretendia que os 1320 minutos de componente letiva que passariam a constar do horário dos professores não tivessem qualquer limite semanal de aulas. Isto é, nos casos em que, por exemplo, os colégios decidissem organizar os tempos letivos

em períodos de 50 ou 45 minutos, os docentes seriam obrigados a assumir, respetivamente, 26 ou 29 aulas semanais. Neste processo, a Fenprof demonstrou sempre uma grande abertura negocial, como se confirma pelas diversas propostas e contrapropostas que apresentou ao longo da negociação, mas não encontrou da parte AEEP igual vontade para chegar a um consenso que levasse à assinatura de um novo CCT.

Ao longo do processo, o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof tiveram sempre uma grande ligação aos docentes a exercer nos colégios privados, promovendo plenários para discussão das matérias e o assumir de posições sobre as propostas em apreço e elaborando um inquérito dirigido aos seus associados. No sentido de esgotar todas as possibilidades de negociação disponíveis, a Fenprof irá agora participar no processo de mediação, mecanismo previsto na lei. Em defesa dos direitos dos professores, o SPN e a Fenprof manterão a luta pelo direito à negociação coletiva e consequente celebração de um acordo com vista à aprovação de um CCT.

ENCONTRO NACIONAL DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Nos últimos tempos, diversos constrangimentos têm contribuído para que a Educação Pré-Escolar (EPE) se confronte com dificuldades várias, também porque, por vezes, a produção legislativa parece ignorar a especificidade do setor.

Que atitude assumir perante as denominadas metas de aprendizagem? Como articular as orientações curriculares para a EPE com as práticas impostas em alguns agrupamentos de esco-

las? Quais os desenvolvimentos relativamente à avaliação em contexto da EPE? Como enquadrar a avaliação num calendário escolar que parece não respeitar os tempos necessários para a avaliação? Como garantir a articulação com o 1º Ciclo? Que fazer para reduzir o número de alunos por sala?

Para debater estas e outras questões, a Fenprof vai realizar, no dia 10 de janeiro de 2015, um encontro nacional de dirigen-

tes sindicais da EPE. Pretende-se iniciar uma discussão sobre as questões que constituem hoje as maiores preocupações relativas ao exercício da atividade em contexto de jardim de infância, num momento em que muitos educadores se confrontam com imposições e situações que muitas vezes podem contribuir para que as planificações e práticas pedagógicas realizadas saiam prejudicadas.

O encontro pretende ainda re-

lançar aquela que tem sido uma exigência da Fenprof desde 1998 – a obrigatoriedade de frequência da EPE no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1º Ciclo; uma pretensão que tem o apoio de alguns partidos políticos e sobre a qual o próprio Conselho Nacional de Educação já se pronunciou, mas que carece de concretização.

1º CICLO PRECISA DE REFLEXÃO SÉRIA

Com uma nova coordenação nacional do setor, desde setembro, a Federação Nacional dos Professores tem procurado dar maior visibilidade aos problemas que afetam o 1º Ciclo do Ensino Básico.



Para apresentar a resolução e o caderno reivindicativo aprovados na 4ª Conferência Nacional do 1º Ciclo, a Fenprof reuniu, no dia 27 de novembro, com o secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, Fernando Egídio, e o subdiretor geral da Educação, Pedro Cunha.

Na oportunidade, a delegação da Fenprof, que incluía dois dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte, expôs um conjunto de questões específicas que atualmente mais preocupam os professores do 1º Ciclo, nomeadamente:

- o modelo de docência, a caminhar para a pluridocência sem que os professores sejam ouvidos e haja uma reflexão séria e aprofundada;
- a existência de indefinições/omissões na legislação que abrem caminho à ocorrência de abusos e atropelos por parte de algumas direções de agrupamentos;
- a falta de equidade no que concerne ao tempo destinado às reuniões de docentes, ao conceito de coadjuvação, ao teto de 50% do horário dos docentes de quadro no Apoio Educativo, ao tempo destinado à coordenação do departamento;
- a inexistência de regimes transitórios e excecionais de apresentação para os docentes em regime de monodocência – que não usufruem de qualquer compensação/redução pelo elevado desgaste a que estão sujeitos;
- a fraca representatividade do 1º Ciclo na gestão das escolas e a pouca participação nas decisões, uma vez que, em muitos casos, é representado por apenas um professor no Conselho Pedagógico;
- a existência de turmas com elevado número de alunos de dois ou mais anos de escolaridade e a falta de recursos humanos para dar resposta a todos os alunos com necessidades educativas especiais;
- a questão das AEC, que muitas vezes obrigam à flexibilização dos horários das turmas e, sendo mais do mesmo, aumentam a carga horária dos alunos;
- a criação do grupo de recrutamento para lecionar o Inglês, que vai alterar a organização, a carga curricular e os horários;
- a realização de exames no 4º ano, obrigando os professores a maior investimento na Matemática e no Português, em detrimento das restantes áreas.

Relativamente às questões colocadas, a equipa do secretário de Estado manteve uma atitude reservada e pouco esclarecedora. Garantiram que o 1º Ciclo é e vai continuar a ser uma preocupação do ministério, que têm feito esforços significativos no sentido da melhoria das aprendizagens e que estão disponíveis para esclarecer e corrigir eventuais situações menos objetivas; deixaram subentender que o Inglês vai ser integrado na carga letiva dos alunos, “com alguma adaptação”, e remeteram frequentemente para a necessidade de as escolas utilizarem a quota de autonomia de que dispõem para ultrapassarem dificuldades. No final da audiência, a Fenprof apelou à realização de um debate aprofundado sobre o que se pretende do/para o 1º Ciclo.

Outras iniciativas. Anteriormente à audiência com o SEEBs, a Fenprof foi recebida no Conselho Nacional de Educação e na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Nessas reuniões foram também entregues a resolução e o caderno reivindicativo e apresentadas as principais preocupações do setor. Da parte do CNE, o presidente, David Justino, manifestou preocupação e interesse pelas questões colocadas e comprometeu-se a promover um debate sobre a organização e o funcionamento do 1º Ciclo.

SPN assinalou 32º aniversário com debate

TODOS SOMOS CHAMADOS A INTERVIR



O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) assinalou mais um aniversário com a realização de um debate sobre “Os partidos, os sindicatos e os movimentos na construção de alternativas”.

O encontro promovido pelo SPN teve como convidados Sandra Monteiro (diretora da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*) e Florival Lança (antigo dirigente da CGTP-IN) e constituiu um momento de reflexão sobre a necessidade de alternativas para contrariar o atual momento do país.

“É um tempo de descrença. As pessoas não acreditam em alternativas e por isso convidámos alguém que acredita que as há”. Foi assim que Henrique Borges, da Direção do SPN, apresentou os convidados. Ambos estiveram de acordo em que a alternativa passa pela consciencialização dos cidadãos para o momento que o país atravessa e com a necessidade de construção de alternativas – possíveis, se as diferentes estruturas (partidos, sindicatos e movimentos sociais) cooperarem e colaborarem.

Transformar alternativas em políticas. Sandra Monteiro começou por chamar a atenção para a necessidade de “convencer as pessoas de que a tese de que não existem alternativas é uma ferramenta para nos convencerem de que as coisas não podem ser diferentes. Querem fazer-nos crer que a nossa participação não tem consequências. E isto é difícil, porque as pessoas precisam de ver vitórias e quando não as veem torna-se difícil mobilizá-las”.

A diretora do LMD defendeu a importância da definição das áreas



que precisam de solução e enumerou algumas, que passam, por exemplo, pelas questões da dívida – “vamos passar a ser cidadãos que trabalham para pagar a dívida pública” –, pelo trabalho e pelos direitos do trabalho, pelo Estado Social e pelos serviços públicos, ou pelos tratados internacionais.

“Só com a informação do que está a acontecer e com ideias do que se pode fazer é que se podem construir alternativas políticas. E quando somos capazes de transformar as alternativas políticas em políticas alternativas, então saímos do campo das ideias.”

Não há alternativa sem sindicatos. “Chegámos a este admirável mundo novo dispendo de meios científicos para erradicar a pobreza, a exclusão, etc., e assistimos a esta máquina de produzir desigualdades. Necessitamos urgentemente de uma alternativa a esta barbárie que vivemos e esta questão das alternativas devia convocar-nos a todos. Todos somos chamados a intervir”, referiu Florival Lança, que alertou também para o “esgotamento dos consensos que se conseguiram no 25 de Abril.”

Para o ex-dirigente da CGTP-IN, falar de um movimento de alternativa é falar também de um programa de ação política sólido – “e a Constituição da República é um programa fabuloso”, sublinhou Florival Lança, considerando que “não existe alternativa sem passar

pela defesa do trabalho, pela atividade sindical, pela sua génese solidária, pela sua abertura, pela sua capacidade organizativa e de mobilização, como elemento gerador de consensos. Não há alternativa ignorando o movimento sindical; para construir qualquer projeto alternativo é preciso contar com esta força.”

Força contra o medo. O debate contou com várias intervenções dos presentes, que falaram de “consciência política” dos cidadãos, de como eles estão “pessimistas” e de como o “medo existe”.

“Não temos a alternativa que queríamos ter e as pessoas tendem a conformar-se. Os nossos movimentos sociais são importantes porque não há resposta aos problemas. Temos de fazer força e os sindicatos têm de engrossar essa força”, ouviu-se da plateia.

Sobre esta questão, Florival Lança afirmou no final que vivemos numa política deliberada de medo. “Temos medo de tudo, de perder o emprego, de não entrar na faculdade, de não ter trabalho. Isto não é inocente, porque nos faz ir aceitando.” Daí a necessidade de “representação” dos cidadãos, de uma força que os represente e que tome “as rédeas do poder”. Quanto à falta de mobilização, alguém da plateia lembrou que “sempre fomos uma sociedade sem músculo” e que “um dos falhanços a que estamos a assistir é a falta de liderança: o povo está à espera do Messias, venha ele de onde vier”.

>>>

SANDRA MONTEIRO em direto

SOMOS NÓS QUE TEMOS DE ATUAR



Como é que se constroem as alternativas?

A primeira forma é partir do princípio de que o que existe está mal. Nunca se vai construir alternativas com toda a gente, porque nas situações de crise como a que vivemos, assim como há muitíssima gente a empobrecer, a ser excluída, a ser forçada a emigrar, etc., há muita gente que está a ganhar com o negócio da crise. Há pessoas que nunca estiveram tão bem como estão agora. É preciso perceber quais são as áreas em que tem mesmo de haver alternativas e identificar os problemas; perceber que estamos acorrentados a um problema que vai piorar ao longo de décadas, e não de um ano ou dois. Para cumprir o défice, não temos dinheiro para os serviços públicos, para a Educação, para a Segurança Social, para a Saúde. Não temos tido dinheiro para o investimento público, sem o qual não há a mínima capacidade para fazer recuperar as economias.

Então, o que é possível fazer?

O que acho que é possível fazer é, em primeiro lugar, tornar as pessoas conscientes do problema. O que é que está exatamente a acontecer-nos? Depois, perceber como atuar com consciência, porque no momento em que formos atuar também estaremos a consciencializar cada vez mais pessoas. E parece-me que todos os atores são poucos.

Fala-se muito do problema da mobilização. Haverá conformismo? Medo? Ao mesmo tempo, esta é uma época em que os movimentos sociais têm crescido...

As realidades nunca são a preto e branco, são muito

complexas, e tudo isso é verdade. De facto, estamos numa altura em que há uma série de pessoas que estão a mobilizar-se como nunca se mobilizaram, há mobilização em vários sentidos, assim como há pessoas que estão a ingressar em partidos já existentes ou a criar novos partidos, há pessoas a sindicalizar-se. Há pessoas que estão a criar movimentos fora dos sindicatos, mas que estão a trabalhar na área sindical também. Há associativismo, há trocas de ideias na internet. Todos estes movimentos são uma tentativa de resposta a problemas que estão por resolver.

Enquanto diretora de um jornal, considera ser possível manter a isenção?

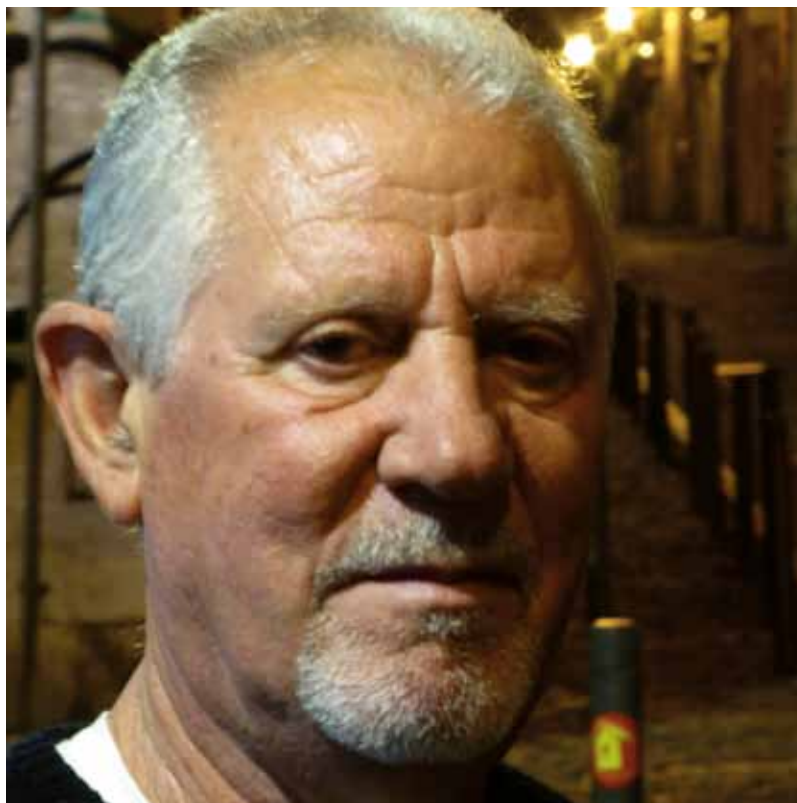
No jornalismo, acho que tem de se defender várias coisas que podem ser parentes da isenção. Isto é, temos de defender que a informação que apresentamos é fiável, que está correta. Temos de dar a informação que também permita aos outros verificar a seriedade – não é por dizermos que somos sérios que o somos. Agora, a neutralidade muitas vezes só significa que as pessoas, consciente ou inconscientemente, estão a veicular uma posição. Por exemplo, quando um jornalista faz uma entrevista ao que eu chamaria um “utente” do Serviço Nacional de Saúde e se lhe refere como “cliente”, ele está a ser porta-voz, consciente ou inconsciente, de uma forma diferente de olhar para o acesso dos cidadãos a um direito ou a um serviço que pode ser privatizável. Muitas vezes é mesmo inconsciente, outras não é; há uma intencionalidade que acho que tinha vantagens em ser assumida. Nós assumimos que temos uma matriz de crítica ao neoliberalismo e, com informação séria, fiável e verificável, toda a análise que fazemos parte do princípio da crítica ao neoliberalismo e de onde poderão surgir ideias para a construção de alguma coisa diferente. Não estamos no terreno da construção prática, mas estamos no terreno da construção das ideias.

A alternativa somos nós, os cidadãos?

Sem dúvida. Não há alternativa a sermos nós, aqueles a quem calhou este tempo, este espaço, este mundo. Cabe-nos a nós atuar. Se não fizermos nada nunca poderemos dizer que tentámos que as coisas fossem o melhor possível. E isso empobrece-nos, é destruidor para as nossas vidas e para as vidas dos coletivos em que nos inserimos.

FLORIVAL LANÇA em direto

É POSSÍVEL CONSTRUIR ALTERNATIVA ÀS POLÍTICAS QUE NOS ESMAGAM



Considera que os sindicatos não podem ser ignorados na construção de alternativas. Os sindicatos têm hoje a mesma importância de há 30/40 anos? Ou têm mais?

Talvez se possa dizer que hoje têm mais, porque há 30 ou 40 anos não havia o descrédito que existe nas instituições, sejam os partidos, sejam outras formas de representação popular. E portanto os sindicatos eram mais uma força na resistência a políticas negativas para os trabalhadores; e também para o povo, porque a ação dos sindicatos vai muito para além da defesa egoísta ou restrita dos interesses dos trabalhadores. Hoje, como há esse descrédito, e até uma certa desmobilização em redor de ideias de outras forças que intervêm na sociedade, e apesar de terem menos representação, por força das precariedades, dos despedimentos, dos encerramentos, dos ataques aos serviços públicos, da diminuição do número de funcionários, etc., apesar disso tudo, talvez me atreva a dizer que os sindicatos têm hoje mais importância, por serem a única força que resiste a isto, os únicos que, na verdade, batem o pé e buscam alternativas a esta política.

E de que forma é que se pode travar a “máquina de construir desigualdades” que referiu?

É muito difícil. Os interesses instalados são demasiado poderosos, a correlação de forças é muito desequilibrada em nosso desfavor, e portanto tem de ser através de ideias-chave que possam ser elementos mobilizadores. Fiz força num programa político baseado na Constituição da República, mas na base de um programa mobilizador, que possa servir de catalisador para um

movimento popular que altere este estado de coisas, porque a situação em que vivemos hoje é muito grave. Não só pelo que nos faz no presente, mas também no que hipoteca do futuro deste país e das pessoas que vivem aqui.

Tem de haver mais aproximação entre partidos, sindicatos e movimentos?

Sim, se quisermos sair deste atoleiro. Colaborando, cooperando, respeitando o que existe, tentando combater as insuficiências existentes em cada organização. É uma forma de construir bases sólidas de uma cooperação que permitem depois a alternativa.

Às vezes é difícil acreditar nas alternativas...

Quanto mais se assiste a uma desmobilização em termos populares, à impunidade dos agentes de poder, mais difícil se torna. As pessoas têm a perceção de que isto é impossível e daí se refugiarem, como se disse aqui, no individualismo: ‘se eu me safar, isto já não vai mau’; se cortam as reformas a partir dos 1.500, ‘que bom, eu só ganho mil, a mim não me toca’... A perceção de uma correlação de forças muito desequilibrada favorece este tipo de sentimentos relativamente à intervenção cidadã que devia existir e não existe. Os sindicatos têm uma grande responsabilidade e uma grande importância nisto tudo. E estou convencido de que é possível construir uma alternativa política a estas políticas que nos esmagam.

A propósito da desmobilização, será conformismo, medo? Os movimentos sociais até têm aumentado...

Temos de ter estruturas – e nós temos partidos, sindicatos, movimentos sociais – que sejam capazes de capitalizar esse descontentamento, esse medo, essa revolta contra as agressões de que somos vítimas. E se os sindicatos e partidos – naturalmente, de esquerda – souberem enquadrar esses descontentamentos e orientá-los para ações de protesto e de luta e de construção de alternativas, nós vamos lá.

A alternativa somos nós, os cidadãos?

Não há outra. Ninguém faz nada por nós, ninguém nos dá nada. E temos de ser todos nós, organizados, a encontrar alternativa.

NUNO CRATO USA E ABUSA: NOVAMENTE A PACC...

Após toda a contestação nas escolas, nas ruas, nos tribunais e na Assembleia da República, o MEC insiste e voltou a convocar a PACC (19 de dezembro). Mesmo depois de o Provedor de Justiça ter vindo a público afirmar que foi indevida a exclusão de milhares de docentes dos concursos por força da não realização da prova.

O MEC não quer saber, porque – diz – tem uma opinião diferente. Crato usa e abusa: sabe que não tem razão, mas insiste porque foi este o caminho que meteu na cabeça. E quando se metem coisas na cabeça, não importa se se está errado, se a prova é uma falácia, tão pouco se se atira indevidamente milhares de docentes para o desemprego. O que importa é que ele é ministro, e “aqui quem manda sou eu” – diz...

Cabe-nos a nós, educadores e professores, contrariá-lo e agir em conformidade.

A PACC é uma coisa patética, destituída de sentido. Por isso, os docentes dos quadros não podem aceitar contribuir para a sua concretização. E o argumento é muito simples – vigiar provas de docentes não faz parte do conteúdo funcional dos professores.

Os docentes contratados merecem toda a solidariedade dos seus colegas dos quadros e que eles se recusem a colaborar na *cratinice* da PACC. O SPN e a Fenprof, por seu lado, tudo continuarão a fazer para acabar com a fixação psicotécnica e pseudoavaliativa de Nuno Crato.

CONFERÊNCIA



Realizou-se no dia 29 de novembro, no Auditório da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, uma conferência subordinada ao tema “A Educação nos 40 anos do 25 de Abril”, com participação assinalável dos vianenses. A organização esteve a cargo da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril de Viana do Castelo e do Sindicato dos Professores do Norte. Convém referir que o SPN integra, com orgulho, a comissão desde o início. A conferência teve como orador principal Licínio Lima, do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Na sua brilhante e esclarecedora alocução, para além da historiografia do sistema educativo nos últimos 40 anos, abordou em profundidade a preocupante condição de subordinação do sistema educativo às orientações políticas e interesses económicos dominantes, numa comunicação rigorosa e matizada de finas ironias, sobre a evolução que o setor foi sofrendo até à atualidade. Na oportunidade, foi também prestada simbólica homenagem ao ilustre artista e professor Eduardo Calvet de Magalhães, que foi um dos fundadores de diversas escolas artísticas no Norte, entre as quais a Cooperativa Árvore, do Porto, e a Escola Superior Galaecia, de Vila Nova de Cerveira. A apresentação do homenageado contou com a participação do artista plástico Manuel Rocha, professor aposentado e sócio ativo do SPN.

COOPERAÇÃO



Uma delegação do Sindicato Provincial de Educação de Benguela (Angola), com quem o SPN tem desde há vários anos um acordo de cooperação que inclui o intercâmbio de experiências entre os professores das duas regiões, visitou-nos recentemente. Chefiada pelo vice-presidente do sindicato, a delegação integrava a dirigente responsável pelo município do Cubal e o responsável pela delegação de Benguela. Além de reuniões visando a apresentação detalhada do SPN, sua organização interna e formas de ligação aos professores e às escolas, os colegas angolanos visitaram a EB2,3 do Cerco do Porto e as delegações do SPN em S. João da Madeira e Monção. Complementada com algumas visitas a locais de interesse turístico na área do Grande Porto, a deslocação foi do agrado dos colegas visitantes e contribuiu seguramente para o estreitar das relações de amizade entre as duas organizações sindicais.



PLANO DE ATIVIDADES DO SPN PARA 2015

“Os professores estão desesperados. Legitimamente desesperados. O menosprezo dos professores é uma vergonha, uma insensatez, um crime contra o futuro. Porque sem eles, sem um reconhecimento explícito do seu papel, sem a capacidade de encontrar maneiras de reencontrarem o sentido da sua profissão, não existirá futuro, progresso, evolução ou elites.”

[Luís Osório, *Jornal I*, 5.out.2014 – Dia Mundial dos Professores]

2015 é o primeiro ano depois da troika e o último deste governo, mas, apesar dessas circunstâncias que podiam ser felizes, a política de austeridade continua – na área da Educação será até aumentada, tendo em conta que o corte orçamental corresponde a metade do montante já cortado nos três anos anteriores.

Os resultados económicos e sociais desta governação revelaram que o chamado *programa de resgate* ou *assistência* foi um eufemismo para mascarar a redução dos salários e pensões, a diminuição dos direitos laborais e a degradação das funções sociais do Estado. Justificado em nome de uma dívida pública insustentável, este programa conseguiu aumentá-la de 90% para 132% do PIB. E continuando na indiferença à possibilidade de “matar o doente com a cura”, no Orçamento do Estado para 2015 não se vislumbra qualquer desvio significativo neste caminho de maior endividamento, de empobrecimento da maioria da população, de manutenção das mais altas taxas de desemprego de sempre, de incentivo à emigração da geração mais bem preparada da nossa história e de aumento sem paralelo das desigualdades sociais.

Esta política de pauperização continua a traduzir-se no *empobrecimento da Escola Pública*, com o afastamento de milhares de professores e de outros trabalhadores e com a penúria de recursos materiais e económicos indispensáveis ao seu funcionamento, ademais, num momento em que cresce o número de alunos carenciados, fruto das enormes dificuldades financeiras com que se defrontam milhares de famílias portuguesas.

Neste programa neoliberal de eliminação das “gorduras” do Estado, a Educação é o tecido mais adiposo e continuará a ser o setor mais sacrificado. O orçamento para a Educação retrocedeu para níveis

de há 20 anos, colocando Portugal na cauda dos países da OCDE – desinvestimento justificado como uma inevitabilidade da crise.

Muito pelo contrário, diz António Nóvoa (“Apostar na Educação para reinventar Portugal”), a atual política educativa faz parte da matriz ideológica deste governo e seria seguida qualquer que fosse o contexto económico. Segundo o mesmo autor, essa política ilustra-se com quatro palavras começadas por “E”: *Escolha*, que significa privatização do ensino; *Excelência*, que significa seleção e exclusão; *Empregabilidade*, que significa ver a educação como mera preparação para um emprego; *Empreendedorismo*, que despreza a dimensão cultural da ciência e apenas valoriza a sua imediata utilidade.

Conclui António Nóvoa: “As palavras não têm culpa. E em abstrato, ninguém terá nada contra a *Escolha*, a *Excelência*, a *Empregabilidade* e o *Empreendedorismo*. Mas a forma como estes conceitos têm sido traduzidos em políticas corresponde a um enorme retrocesso. O primeiro em relação à escola pública; o segundo ao princípio da inclusão; o terceiro a uma formação mais geral de base científica e humanista; e o quarto à Ciência como cultura. Este enorme retrocesso vai deixar marcas para os próximos anos.”

Nuno Crato, apesar de mestre na arte do eufemismo, já não consegue esconder que a linha orientadora da tarefa que lhe encomendaram é acabar com a escola pública tal como foi idealizada e construída após o 25 de Abril. O subfinanciamento do sistema público de ensino é apenas uma estratégia para atingir esse fim. Para concluir este trabalho dispõe de alguns meses, tempo final do seu longo e penoso mandato, mas suficiente para avançar com novas e mais gravosas medidas. Esse tempo será também decisivo para uma resposta sindical que possa resistir e vencer essa ofensiva final.

>>>

Agenda sindical para derrotar esta política

A atividade do SPN será orientada pela necessidade imperiosa de travar este caminho e substituir este governo e a sua política.

No próximo ano assumirão especial relevância os seguintes processos: a *municipalização da educação*, desresponsabilizando o Estado desta função social e essencial; novas alterações nos *concursos*, introduzindo mais descentralização e margem de arbítrio na escolha dos candidatos; a chamada *requalificação profissional*, via para dispensar e reduzir à miséria muitos professores; a chamada *prova de avaliação de conhecimentos e capacidades*, que humilha os professores e as instituições que os formam; a *Tabela Remuneratória Única*, congelando as progressões salariais em definitivo; e, finalmente, as *eleições legislativas*, que podem abrir a possibilidade de alguma mudança.

O grosso da atividade sindical centrar-se-á nestes processos, no sentido de impedir os cinco primeiros e influenciar positivamente o último.

Sindicalismo de proximidade

Outra vertente fundamental da atividade do SPN será a intervenção contra a progressiva degradação das *condições de trabalho*. Por exigência do ministério, mas também pela prepotência de muitas direções, os professores estão cada vez mais sujeitos a uma carga de trabalho insuportável, passando dias inteiros na escola, sem direito à vida familiar e pessoal, experimentando frequentemente um quotidiano de desespero. Sem descurar a luta pela alteração das normas legais que provocam esta situação, é preciso realizar iniciativas que deem visibilidade a esta sobrecarga e agir em torno de problemas concretos como: a inserção de atividades de natureza letiva na componente não letiva; o número exagerado de reuniões e a sua não contabilização no horário de trabalho; o escasso tempo atribuído ao exercício de cargos de coordenação; a exigência de procedimentos administrativos sem qualquer utilidade; as deslocações entre escolas do mesmo agrupamento, frequentemente não pagas e não contadas como tempo de trabalho; a realização de tarefas no âmbito de parcerias com empresas privadas (como a Cambridge School); a ameaça de marcação de faltas por não registo atempado dos sumários; a marcação de serviço por correio eletrónico a qualquer hora e sem respeito pelos prazos legalmente estabelecidos; a obrigatoriedade de ter internet e de nela entrar todos os dias; a observação de aulas no âmbito da supervisão pedagógica e o seu efeito contaminador na avaliação do desempenho; o compadrio na elaboração dos horários, facilitado pelo fim da obrigatoriedade de os expor publicamente; etc.

Tudo isto, e mais, são questões levantadas por professores, em reuniões sindicais e fora delas, desejando que fossem objeto de alguma ação sindical, no quadro daquilo a que se pode chamar um sindicalismo de proximidade e atento a problemas concretos. Só este tipo de prática sindical poderá contribuir para dar identidade e *espírito de corpo* aos núcleos sindicais e transformá-los em grupos de intervenção em cada escola.

Aumentar presença no Superior

No Ensino Superior público, onde o SPN não possui a mesma representatividade que em todos os outros setores, a asfixia financeira degradou o estatuto, as condições de trabalho dos professores e investigadores e a qualidade do serviço prestado pelas universidades e politécnicos de uma forma tão ou mais intensa que no ensino não superior. O corte de 1,5% imposto, para 2015, às transferências do Estado para o funcionamento destas instituições vai agravar ainda





mais a situação. Por outro lado, têm-se acentuado as desigualdades sociais no acesso aos patamares mais avançados do conhecimento, por nível de ensino dos progenitores, colocando-se o nosso país, neste campeonato, apenas à frente da Turquia e atrás de todos os outros países da OCDE.

É urgente aumentar a nossa implantação neste setor, através de uma mais forte e visível intervenção sindical contra a proliferação e eternização dos contratos a prazo e recibos verdes, a não abertura de vagas em número suficiente para promover a renovação geracional, o congelamento da progressão e promoção nas carreiras, a redução dramática das bolsas de investigação, o encerramento de laboratórios, o regime de gestão fortemente unipessoal e hierarquizado, o regime burocrático de avaliação que promove o individualismo e a competição cega e contra a elitização do Ensino Superior pela via do aumento das propinas e da redução da Ação Social Escolar.

Melhorar e reforçar intervenção no EPC

Em numerosos estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, o exercício da atividade sindical enfrenta condições extremamente difíceis. O medo e a insegurança imperam e 'democracia' é uma palavra vã.

Aproveitando uma conjuntura política que lhes é favorável e o retrocesso das condições laborais no ensino público, a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo não hesitou em aproveitar a oportunidade para aprofundar a exploração dos seus professores. Denunciou o Contrato Coletivo de Trabalho em vigor e propôs um outro que consagra 30 horas de componente letiva, 8 anos em cada nível remuneratório, redução drástica dos índices salariais, introdução do banco de horas, regime de adaptabilidade e trabalho intermitente. Nesta ofensiva sem paralelo contaram com a colaboração da FNE, que, ao assinar um novo CCT, tornou muito mais difícil a resistência dos professores à voracidade de patrões sem escrúpulos.

Esta circunstância exige um acompanhamento ainda mais cuidado e intenso dos nossos associados e o reforço da equipa que dirige este trabalho. É também um momento oportuno para evidenciar-mos o que nos distingue da FNE e aumentar a sindicalização num setor com potencial de crescimento, como se tem vindo a verificar. A valorização dos professores do ensino privado, além de ser uma questão de justiça, é também um fator estratégico na defesa da Escola Pública, na medida em que retira à escola privada uma *vantagem competitiva* desleal: salários mais baixos, horários de trabalho mais longos e, por consequência, menores custos de funcionamento.

Fortalecer ligação às escolas

O resultado das iniciativas sindicais depende do mérito das próprias, mas também, e sobretudo, da capacidade que tivermos para mobilizar e envolver os professores na sua realização. As restrições impostas pelo anterior governo às condições para o trabalho sindical, assim como o recuo geral do exercício dos direitos de cidadania verificado, especialmente durante esta governação, acrescentam mais importância à criação de uma forte rede de delegados sindicais, elementos indispensáveis para uma boa ligação do sindicato às escolas. A eleição de delegados e o apoio ao seu trabalho nas escolas, com materiais adequados e informação pertinente, constituirá uma tarefa essencial no próximo ano.

A tarefa central dos dirigentes com redução horária para trabalho sindical continuará a ser o trabalho de ligação aos professores nas escolas, realizando todas as reuniões sindicais que forem solicitadas

>>>



e/ou agendadas, procurando garantir a deslocação a todas as escolas em cada ano letivo, assim como o apoio e o atendimento individualizado aos sócios das escolas que acompanham, disponibilizando os seus contactos para uma ligação mais ágil e personalizada.

Visando aumentar a nossa capacidade de intervenção, procuraremos melhorar a circulação interna da informação, proporcionando o seu acesso atempado a todos os dirigentes e delegados, facilitando e fomentando a sua participação no trabalho sindical e um maior envolvimento na vida interna do sindicato. Com o objetivo de dar mais qualidade à nossa intervenção e preparar a renovação de quadros, continuaremos com as ações de formação sindical, que desta vez se realizarão nos distritos de Bragança, Vila Real e Viana do Castelo, assim como seis seminários relacionados com temas da agenda sindical para 2015.

Desenvolver a (in)formação sindical, pedagógica e cultural

Como instrumentos de informação e formação para todos os sócios, continuaremos a publicar e a aperfeiçoar as revistas *SPN-Informação* e *A Página da Educação*, a página do *facebook* e o *site* do SPN, com uma imagem renovada e com novas funcionalidades e possibilidades de interação. Continuaremos também a utilizar e a aperfeiçoar a comunicação via correio eletrónico, um meio cada vez mais indispensável pela sua rapidez e baixo custo.

Revitalizando o Centro de Formação do SPN, para 2015 estão projetadas dez ações de formação contínua creditada (sobre temas de grande pertinência e atualidade pedagógica, como a indisciplina ou as metas curriculares), não financiada, mas de acesso gratuito para os sócios, porque nos manteremos firmes na defesa do princípio de que a formação é um direito e não um negócio.

Faremos a edição em livro das separatas do 30º aniversário, que são um contributo para a história do sindicalismo docente, assim como a gravação em disco do Hino do SPN.

Como nem só de luta vive o sindicato, continuaremos a promover, divulgar e apoiar algumas iniciativas culturais que julgemos interessantes e enriquecedoras, tendo já recomeçado as *matinés* de cinema. Festejaremos o Dia Internacional da Mulher, o 25 de Abril e o 1º de Maio – que é também o dia de aniversário do Adriano Teixeira de Sousa, cujo nome se propõe atribuir ao auditório do SPN. Continuaremos a dedicar uma pequena verba do nosso orçamento para atividades em defesa da paz, de cooperação com outros povos, de solidariedade com outros trabalhadores, de luta pela igualdade de direitos, contra o racismo e a xenofobia, que promovam a educação para o desenvolvimento e a ideia de que um mundo melhor é possível.

Lutar com todos os trabalhadores

Sendo um sindicato regional, o SPN integra-se na luta de todos os professores e restantes trabalhadores, através da sua participação em organizações de mais ampla natureza geográfica e profissional, que são espaços de unidade, de partilha de causas e ampliação de lutas. Continuaremos a intervir empenhada e criticamente nas organizações de que fazemos parte: na Fenprof, pela defesa da Escola Pública e da valorização da carreira docente; na CGTP-IN, pela defesa do direito ao trabalho com vida familiar e pessoal e para que assuma diretamente a condução da luta sindical dos trabalhadores da Administração Pública; na CNAsti, pelo combate ao trabalho infantil, uma das chagas sociais mais chocantes dos tempos modernos; na Internacional da Educação e no Comité Sindical Europeu de Educação, pela dignificação dos professores, pelo direito de todos à educação, pela luta contra o Tratado Transatlântico e o Tratado Europeu; e na CPLP-Sindical da Educação, pela defesa e promoção, através da educação, da língua portuguesa, património comum dos nossos povos.

Valorizamos também as relações de proximidade com organizações sindicais congéneres da Galiza e continuaremos a desenvolver atividades de cooperação com o Sindicato Provincial de Benguela (Angola) e o Sindicato da Ilha de Santiago (Cabo Verde).

Contenção orçamental, mas não na atividade sindical

2015 seguirá sendo de manutenção dos cortes salariais, congelamento das progressões, desemprego docente, aposentações antecipadas fortemente penalizadas, diminuição do número de professores no ativo e, previsivelmente, mais um ano em que haverá uma diminuição das receitas de quotização, único meio de financiamento do SPN. Por precaução, o orçamento que suportará este plano de atividades foi elaborado com base na presunção de nova quebra de receitas, ainda que mais ligeira do que nos anos anteriores. Para salvaguardar os recursos necessários à ação sindical, que se deseja particularmente intensa num ano decisivo para a continuação ou mudança desta política de empobrecimento, é indispensável continuar a manter uma criteriosa contenção nas despesas de funcionamento e um acompanhamento rigoroso da execução orçamental.

Esperemos que a luta sindical e as eleições legislativas do próximo ano possam marcar um ponto final neste longo e negro ciclo de recessão económica, social e sindical.



Municipalização da Educação

O mínimo que se pode dizer é que o secretismo e o papel de menoridade que o Governo e as autarquias atribuíram às escolas e aos professores não auguram nada de bom para o futuro desta “descentralização”.

A OPACIDADE DO PROCESSO

Como dissemos na anterior SPN-INFORMAÇÃO, na sequência de notícias vindas a público em finais de junho, segundo as quais o Governo estava a negociar com um conjunto de autarquias a transferência de mais competências na área da Educação, a Câmara Municipal de Matosinhos entregou aos responsáveis dos órgãos de administração e gestão das escolas (diretores e presidentes de conselhos gerais), ainda que sob pedido de reserva de divulgação, as propostas do governo para esta negociação: o *Programa Aproximar Educação*, a *Matriz de Responsabilidades* e o *Modelo de Financiamento*. Do que sabemos, nenhum dos restantes municípios envolvidos o fez – à data pensava-se que seriam uma dezena; fala-se agora em vinte. Entretanto, já em novembro, e após meses de completo secretismo, as escolas e os professores tomaram conhecimento de uma proposta de *Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências* que o Governo pretende assinar com alguns municípios, a tempo de entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2015! O SPN considera inaceitável que as autarquias possam equacionar a assinatura de um contrato desta natureza e com estas implicações num tão curto espaço de tempo, sem terem divulgado e debatido junto das escolas e das comunidades educativas quer as propostas do governo quer as suas próprias propostas.

Na área geográfica do Sindicato dos Professores do Norte, além de Matosinhos, Vila Nova de Famalicão e Oliveira de Azeméis – três autarquias com que o SPN reuniu em julho, tendo confirmado o seu interesse em aderir ao projeto –, surgiram entretanto informações que dão como certa a participação de Boticas, Maia e Vale de Cambra. O SPN solicitou reuniões com caráter de urgência aos presidentes destes municípios e realizou já reuniões com os professores desses concelhos, apelando a que exijam conhecer as propostas em negociação, promovam reuniões nas suas escolas e tomem posição. O processo tem sido desenvolvido de forma tão sigilosa que, até hoje, a menos de um mês da data (prevista) para a entrada em vigor

dos novos contratos, não há informação oficial sobre quais os municípios envolvidos no projeto, sendo difícil obter dados concretos num contexto em que informação relevante para as comunidades educativas lhes é sonogada por alegado dever de sigilo!

Em síntese, os professores e os sindicatos, enquanto seus legítimos representantes, têm sido mantidos à margem de uma discussão que é da maior relevância para a educação pública e a profissão docente. O mesmo tem acontecido, em maior ou menor grau, com as escolas. O mínimo que se pode dizer é que o secretismo e o papel de menoridade que o Governo e as autarquias atribuíram às escolas e aos professores neste processo não auguram nada de bom para o futuro desta “descentralização”...

Petição. Correspondendo ao apelo da Fenprof, milhares de professores têm assinado a petição contra a municipalização da educação. As primeiras dez mil assinaturas foram já entregues na Assembleia da República, onde a petição terá de ser discutida em plenário. Nessa petição, os subscritores exigem a suspensão imediata do processo, cujo secretismo consideram intolerável; manifestam a sua oposição à ingerência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas, assim como na gestão do pessoal docente; reclamam a abertura de um debate público que permita aprofundar caminhos de descentralização para o nível local e para as escolas, quer do ponto de vista das competências a transferir, quer dos órgãos que as devem assumir, no respeito por regras democráticas de funcionamento e por uma adequada participação escolar e comunitária.

Dando continuidade a este protesto e procurando fazer pressão sobre o governo para que não avance com o projeto-piloto, no dia 22 de dezembro, a Federação Nacional dos Professores entregará ao primeiro-ministro todas as assinaturas que entretanto forem recolhidas.

>>>

Municipalização da Educação

Em novembro, as escolas tomaram conhecimento de uma proposta de *Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências* que o Governo pretende assinar com alguns municípios a tempo de entrar em vigor no início de 2015. É inaceitável que as autarquias equacionem a assinatura de um contrato desta natureza e com estas implicações num tão curto espaço de tempo.

“CONTRATO INTERADMINISTRATIVO”



Constatando-se que o conteúdo do contrato corresponde, no essencial, ao dos documentos anteriormente enviados pelo governo – que, supostamente, para o ministro da Educação e para as autarquias envolvidas, eram apenas um ponto de partida, tão incipiente que não era sequer para divulgar... –, fica a questão: o que está a acontecer entre o Governo e as autarquias é de facto uma *negociação* (construção partilhada do projeto) ou tão-somente uma tentativa de *imposição* por parte do Governo?

Não cabendo aqui uma análise exaustiva da proposta, salientam-se algumas diferenças relativamente aos documentos já conhecidos e referidos na anterior SPN-INFORMAÇÃO:

- é alargada a duração do contrato, de 4 para 5 anos escolares;
- desaparece a referência ao acordo dos conselhos gerais das escolas como condição para a entrada do município no projeto-piloto;
- é acrescentado que “constitui um pressuposto fundamental do projeto-piloto objeto do presente contrato que todos os AE/E da rede escolar pública do MEC da área geográfica do município tenham celebrado ou venham a celebrar contrato de autonomia com a administração central durante o primeiro ano de vigência do presente contrato”, o que resulta confuso, já que estes contratos, que apenas em teoria dariam maiores margens de liberdade às escolas, vão ser assinados num contexto de reforço do controlo dos municípios sobre essas mesmas escolas;
- acentua-se a ideia de ingerência dos municípios em áreas da administração e gestão das escolas e mesmo da autonomia profissional dos professores: um dos objetivos estratégicos é “a melhoria contínua das práticas pedagógicas”; o contrato visa “a harmonização da atuação do pessoal docente e não docen-

te”; “o município poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à gestão dos recursos docentes disponíveis entre os AE/E”; “o Conselho Municipal de Educação é obrigatoriamente chamado a pronunciar-se previamente sobre os modelos de organização e gestão dos AE/E”;

— explicita-se a possibilidade de inclusão de componentes curriculares de responsabilidade local, até 25% do currículo nacional (com implicações também no recrutamento de professores, face à “possibilidade de contratação de base local pelo município para necessidades de formação específicas da sua iniciativa”) – se juntarmos a já prevista transferência de competências na área do ensino profissional e vocacional, a prazo, uma parte muito significativa da oferta educativa estará nas mãos das autarquias, o que prova que este projeto não representa apenas um alargamento das competências anteriormente atribuídas às autarquias, mas um aprofundamento decisivo desse caminho, com um grande potencial de desregulação do sistema de ensino;

— aparece várias vezes a referência à implementação gradual do processo de descentralização, admitindo-se a possibilidade de “durante a sua execução, o contrato poder ser alargado quanto aos AE/E envolvidos, e quanto às competências objeto de delegação”. Sendo compreensível, do ponto de vista do legislador, o alargamento das competências, já a possibilidade de apenas alguns AE/E entrarem nesta fase do projeto contraria o inicialmente previsto, parecendo querer torner as dificuldades que governo e autarquias estão a sentir em obter o aprovação dos escolas para a “municipalização”, que o governo quer prosseguir a todo o custo;



— explicita-se que “o exercício das competências pelo município cabe aos respectivos órgãos executivos”, sem prejuízo de, “nos casos de decisão partilhada entre o município e AE/E, qualquer destes podem solicitar parecer ao Conselho Municipal de Educação”. Ou seja, o CME continua a ser (apenas) um órgão consultivo, aqui caracterizado como “espaço institucional de diálogo e envolvimento entre o município e os responsáveis dos AE/E”, o que contraria o discurso inicial dos vereadores, que diziam ser uma condição para a assunção de responsabilidades pelos municípios a introdução de alterações profundas na composição e competências dos CME;

— já se sabia que os conselhos gerais não iriam ter palavra a dizer no processo de avaliação e decisão quanto à continuidade do projeto, agora fica claro qual o peso das escolas (através dos diretores) na Comissão de Acompanhamento: independentemente do número de representantes dos AE/E abrangidos pelo contrato, estes têm apenas um voto, contra dois do município e dois do governo, sendo a presidência dos últimos – o que é coerente com a lógica de “delegação de competências”, mas não com a propalada descentralização de poderes, e também contraria a ideia verdadeiramente bizarra de que este processo pode reverter em mais autonomia para as escolas!

Modelo de financiamento. Mantém até o que deu tanta polémica quando foi tornado público: o fator de eficiência – “prêmios financeiros ao município, baseados estritamente na partilha de ganhos por poupança” no que respeita ao funcionamento de escolas e ao pessoal docente.

Se em julho já não era crível que o Governo se tivesse dado ao

trabalho de fazer tantos estudos para apresentar um modelo de financiamento que, afinal, não pretendia aplicar, esta proposta de contrato clarifica em definitivo a questão e o propósito – a única diferença é a alteração do referencial do valor docente anual para calcular o prêmio, que passa do índice 151 para o índice 167. Em suma, o Governo propõe-se agora pagar 50% de 27.189,42€ por cada professor dispensado dos “estimados como necessários” num determinado concelho, até ao limite de 5%.

Ainda no âmbito do financiamento, se os documentos iniciais reafirmavam que deste processo não podia resultar qualquer acréscimo de despesa para o Estado, esta proposta de contrato concretiza que “a parcela transferências de capital é calculada tendo por base a média dos últimos quatro anos contados do ano escolar de 2014/2015, podendo ser limitado em função da disponibilidade e/ou restrições financeiras do MEC”, e que “podem ser financiadas outras despesas acordadas entre as partes, que se revelem indispensáveis ao funcionamento dos AE/E”.

A admissão de que o indispensável não está garantido comprova que este é um caminho de desresponsabilização do Estado pelo financiamento da educação pública, que levará ao acentuar de assimetrias entre escolas de diversos municípios, com grave prejuízo ao nível da igualdade de oportunidades e da qualidade do ensino.

>>>

A INTERVENÇÃO DO SPN

Depois de em julho ter reunido com as câmaras municipais de Matosinhos, Oliveira de Azeméis e Vila Nova de Famalicão e ter promovido plenários de professores onde foram assumidas tomadas de posição e decididas outras ações, a recente proposta de contrato interadministrativo de delegação de competências trouxe novos desenvolvimentos, que o SPN tem vindo a acompanhar com particular atenção

MATOSINHOS. “Uma coisa vos garanto: da forma como está redigido, com estas condições, o contrato não merecerá a assinatura da Câmara” – palavras de Correia Pinto, vereador da Educação da Câmara Municipal de Matosinhos, numa iniciativa do SPN, realizada em 10 de novembro, na Escola Secundária João Gonçalves Zarco. No essencial, a justificação dada aos mais de cem educadores e professores presentes prende-se com a discordância da edilidade sobre duas questões: o modelo de financiamento e a inexistência de um órgão verdadeiramente representativo da comunidade local com competências deliberativas – características que, no entender do vereador, não estão plasmadas no atual modelo de Conselho Municipal de Educação, que se assume como uma instância consultiva da Câmara. É neste sentido que Correia Pinto recusa a *municipalização* e defende a *descentralização*.

O documento referido pelo vereador é o *Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências*, que António Sousa Fernandes considera ser “um presente envenenado”, porque, mais cedo ou mais tarde, o correspondente envelope financeiro tenderá a diminuir e a desaparecer, restando para as autarquias todo o caderno de encargos da educação. O investigador convidado pelo SPN considera que esta nova tentativa de *transferência de competências* poderá ser mais um ato perverso do Governo, no sentido de centralizar ainda mais a administração, desta feita através dos municípios. Sousa Fernandes justifica este receio com o facto de, em bom rigor, se tratar de *delegação* e não de uma efetiva *transferência*, conceitos administrativos completamente diferenciados: a primeira, própria da desconcentração; a segunda, mais consentânea com descentralização.

A coordenadora do SPN começou por realçar o “secretismo intolerável” com que o processo tem sido

conduzido, ao ponto de, mais de meio ano depois, não se saber em concreto quais são as 20 autarquias envolvidas. Depois, fez uma abordagem às alterações introduzidas relativamente ao documento inicial, concluindo que estas vêm reforçar as preocupações do SPN. E Manuela Mendonça questionou: “qual foi o contributo da câmara para este documento? prepara-se para assinar a proposta do Governo ou a proposta resulta de um processo de construção conjunto?”

OLIVEIRA DE AZEMÉIS. Igualmente com a presença de Sousa Fernandes e Manuela Mendonça, a Direção Distrital do SPN/Aveiro entendeu promover um debate (10 de outubro), que contou com a participação de professores de todos os agrupamentos e de pais e encarregados de educação. Estes reconheceram a utilidade do encontro e, assumindo-se “bem mais esclarecidos”, apelaram a um envolvimento de todos na definição de uma política que tenha em conta, essencialmente, o interesse dos alunos.

Do debate saiu a exigência dos docentes de que a autarquia torne pública a proposta que está em negociação; que nenhuma medida seja tomada sem o envolvimento dos docentes; a promessa de que se envolverão no combate à ideia de municipalizar a educação, através de tomadas de posição por parte dos conselhos gerais, denunciando o processo e recolhendo, junto dos docentes, abaixo-assinados e petições. Nesta senda, em representação das comunidades escolares dos cinco agrupamentos do concelho, mais de uma centena de professores, pais e pessoal não docente realizaram uma concentração, no dia 26 de novembro, e seguiram em manifestação até à Câmara Municipal, culminando numa reunião com o vereador da Educação, a quem foi entregue um abaixo-assinado contra a municipalização com cerca de 450 assinaturas



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Depois de uma reunião com o vereador da Educação, solicitada pelo SPN, teve lugar um plenário concelhio de professores (17.jul) com a presença da coordenadora do Sindicato, que contou com a participação de mais de 50 docentes. Na ocasião, foi criada uma comissão de professores que, com o SPN, se propõe promover a divulgação e a discussão dos documentos do Governo junto de outros professores.

Em Famalicão, a câmara elegeu os diretores como interlocutores nesta 'negociação', e com eles tem estado a discutir uma nova matriz de responsabilidades, procurando que eles apresentem propostas e se comprometam com o processo.

O SPN considera inaceitável que os professores sejam mantidos à margem da discussão e continua a apelar aos docentes e aos conselhos gerais para que promovam reuniões nas escolas, para análise das propostas e tomadas de posição. Por sugestão da comissão referida, foi decidido realizar um novo plenário para debater e avaliar os últimos desenvolvimentos do processo.

VALE DE CAMBRA. Na segunda semana de novembro, os professores do Agrupamento de Escolas de Búzio (único do concelho) foram surpreendidos com o envolvimento da autarquia no projeto, ao tomarem conhecimento da convocação da Direção e do Conselho Geral do Agrupamento para uma reunião na DGEstE. Nessa reunião não foi entregue qualquer documentação aos órgãos da escola (a autarquia iria reencaminhá-la oportunamente), mas foram explicados os pressupostos do projeto-piloto.

Em face do relato do que foi dito na reunião, os professores do agrupamento, considerando tratar-se de "mais um caso de claro experimentalismo na educação", comportando riscos e abrindo "muitas incertezas relativamente ao futuro do agrupamento", redigiram de imediato uma tomada de posição, que subscreveram e entregaram aos representantes dos professores no Conselho Geral, manifestando-se contra a aprovação do projeto. O SPN tem estado a acompanhar o processo, reunindo com os professores e apoiando a sua ação, enquanto aguarda a marcação de uma reunião com a Câmara Municipal, onde pretende ser porta-voz das preocupações dos professores e ver clarificada a posição da autarquia.

MAIA. Tendo obtido confirmação de que o município da Maia está envolvido neste processo (ainda que, alegadamente, como observador), o SPN solicitou, pela segunda vez e com caráter de urgência, uma reunião ao presidente da câmara, visando a clarificação da posição da autarquia. Entretanto, com o intuito de envolver os professores na discussão e na exigência do conhecimento das propostas em negociação, promoveu duas reuniões (escolas secundárias de Águas Santas e da Maia), onde expressou as suas preocupações sobre a matéria e encorajou as escolas/agrupamentos a tomarem posição. Dessas reuniões saiu, essencialmente, a exigência de que a câmara torne pública a sua posição, acabando de vez com a posição dúbia de "estar e não estar", e a determinação dos professores em lutar contra a municipalização, que consideram lesiva dos interesses dos professores, das escolas e dos alunos. Os presentes propuseram-se recolher o maior número de assinaturas possível entre todos os AE/E do concelho, como forma de tornar clara a sua rejeição do processo junto da autarquia.

BOTICAS. Descoberta 'recente' é o envolvimento de Boticas no processo de municipalização. No dia 3 de dezembro, o SPN esteve na sede do único agrupamento de escolas do concelho, onde teve oportunidade de partilhar com os professores e a direção as suas preocupações relativamente ao processo. O SPN aguarda a marcação de uma reunião com a Câmara Municipal e regista como muito positivo o facto de a Petição Contra a Municipalização da Educação já ter sido subscrita pela quase totalidade dos professores do concelho, devendo a autarquia ter isso em conta e reequacionar a sua integração no projeto-piloto.

>>>



Conhecidas as premissas e o pressuposto ideológico contido nos documentos que o Governo, através do Ministério da Administração Local, propôs aos municípios sobre a implementação do *Programa Aproximar Educação*, os professores e o pessoal técnico e operacional do Agrupamento de Escolas de Ferreira de Castro tomaram posição contra a municipalização da educação tendo por base os seguintes argumentos:

1. O ensino público assume-se como uma das mais relevantes conquistas civilizacionais do século passado em Portugal, promovendo a qualificação e igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos portugueses;
2. A escola pública deverá, por isso, continuar a constituir um desígnio nacional da maior relevância no que respeita à desejável inclusão e coesão social e garantia de oportunidade de igualdades para todos os cidadãos portugueses;
3. Inequivocamente cumpre ao Estado a função de garantir a equidade e a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, assegurando iguais competências nos finais dos respetivos ciclos/cursos a todos os alunos que frequentem o ensino público;
4. A municipalização da educação representa uma indesejável desresponsabilização por parte do Estado das funções sociais que deve assegurar, nomeadamente, da promoção e financiamento de uma educação pública de qualidade para todos;
5. Sob pretexto da promoção de uma "diversificação da oferta educativa e formativa e definição de planos curriculares", a municipalização da educação corre o risco de promover um currículo espartilhado que poderá atacar a unidade e a homogeneidade do currículo universal, sobretudo em territórios municipais em que a educação nem sempre é vista como prioridade;
6. É desejável que ao ensino centralizado corresponda a capacidade de ajustamento às significativas realidades particulares do contexto de cada escola/agrupamento, permitindo a adaptação às circunstâncias particulares de cada um deles; não obstante, essa descentralização (em muitos casos necessária) em nada colide com a responsabilidade estatal que sobre o ensino público deve imperar;

7. É inaceitável que o ensino público se possa pautar por critérios de eficiência económica que se traduzam na promoção de contrapartidas monetárias às câmaras municipais, colocando em risco a qualidade de educação que a escola pública deve garantir;

8. Em Portugal, o histórico da transferência de competências para as autarquias sempre se traduziu em problemas de financiamento, tendo como consequência a insuficiência de recursos e materiais e a fragilidade nas respostas ao nível autárquico, tendo algumas autarquias optado por entregar serviços de responsabilidade pública a entidades privadas (por exemplo, as AEC);

9. No que respeita à gestão do pessoal não docente, a perspectiva de inclusão nas escolas de pessoal sem formação específica na área da educação coloca problemas de adaptação e de relação humana, impedindo a concretização das tarefas com a qualidade desejável;

10. Além disso, a probabilidade de mobilidade constante do pessoal não docente entre agrupamentos impossibilita a identificação dos trabalhadores com o projeto educativo específico de cada agrupamento, gerando instabilidade e pondo em causa a qualidade do trabalho prestado;

11. Por motivos de competência administrativa, transparência e universalidade, é inaceitável que os municípios possam pretender a gestão do pessoal docente com tudo o que isso implica: recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela;

12. É intolerável que a colocação e o vencimento dos professores não continuem a ser assegurados pelo Estado, única forma de asseverar a inexistência de quaisquer suspeições sobre a classe docente e, por conseguinte, manter a sua dignidade intocável.

Perante o exposto, os professores e o pessoal técnico e operacional do Agrupamento de Escolas de Ferreira de Castro manifestam, de forma inequívoca, a não aceitação do projeto de municipalização da educação. [Oliveira de Azeméis, 30.09.2014]

***Professores e Pessoal Técnico e Operacional,
Agrupamento de Escolas de Ferreira de Castro***



A.E. PERAFITA. "Os docentes e técnicos de educação rejeitam desde já:

- qualquer processo que vise transferir competências da Administração Central para as Autarquias, no que se refere à gestão destes recursos humanos, nomeadamente nos domínios do processamento de salários, avaliação de desempenho e poder disciplinar;
- interferência unilateral, com poderes de decisão das autarquias, na gestão pedagógica dos currículos nacionais, na colocação de docentes pertencentes aos quadros do Ministério da Educação e Ciência e no funcionamento das escolas/agrupamentos;
- qualquer tentativa do Governo impor unilateralmente, um modelo que aponte para a municipalização plena da educação, em que o Estado se vá progressivamente desresponsabilizando de funções que são exclusivamente da sua responsabilidade, pondo em causa o princípio da igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso pleno à educação, que só uma escola pública de qualidade pode garantir a todos os cidadãos, como exige a Lei de Bases do Sistema Educativo." [Agrupamento de Escolas de Perafita, Matosinhos, 15.07.2014]

A.E. ÓSCAR LOPES. "Não podemos nós, educadores e professores do Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes, ignorar a utilidade das parcerias com a autarquia. No entanto, temos de reprovar, até porque temos ampla formação em avaliação, a opção dos responsáveis da autarquia de Matosinhos de implementação do Programa Aproximar Educação.

Uma reconfiguração desta ordem não é uma minudência – envolve milhares de pessoas, milhões de euros, perspetivas educacionais muito discutíveis e comprovadamente ineficazes. A Educação não pode ser assim desprezada: a Educação também se estuda, também se investiga, por isso, há que dar a palavra, há que abrir a discussão pública e não impor, apressadamente, um projeto que parece obedecer a uma lógica casuística e a interesses financeiros inaceitáveis na defesa da escola pública.

Pelo que aqui expomos e também pelo muito mais que não dissemos porque não nos deram essa oportunidade, exigimos que a autarquia de Matosinhos pratique, de facto, a por si apregoada política de proximidade e, para tal, suspenda a adesão ao projeto e promova o seu debate público." [Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes, Matosinhos, 09.07.2014]

A.E. MATOSINHOS. "Apesar do reconhecimento da importância do papel que o município tem, enquanto parceiro, nas questões educativas, nomeadamente na ação social escolar, os professores consideram abusiva a tentativa da autarquia se imiscuir nas questões de natureza pedagógico-administrativa e organizativa, rejeitando a reconfiguração implícita do sistema educativo que a proposta configura. [Agrupamento de Escolas de Matosinhos, 04.07.2014]

GRANDE MERCADO TRANSATLÂNTICO

Valha-nos a existência da WikiLeaks e as informações preciosas que detetou e tornou públicas.

Estamos no final do ano de 2014, data limite para o aparecimento do chamado Tratado Transatlântico, entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, discutido com tal secretismo entre as partes que nem o parlamento de qualquer país membro conhece em pormenor o que se vai “cozinhando” nas suas costas.

Apesar das grandes limitações informativas existentes, o Sindicato dos Professores do Norte tem procurado acompanhar o que se vai sabendo deste processo secreto e aderiu recentemente ao movimento STOP TTIP, juntando-se assim a algumas centenas de organizações que se opõem a este processo.

Apesar de tudo, nos últimos meses, tem crescido o número de referências na comunicação social (mais na escrita do que na fala), dando conta de que o processo está em curso e referindo os principais objetivos que se pretendem atingir.

É bom recordar que, a par do Tratado Transatlântico, se desenvolvem negociações, também secretas, para a aprovação de um Tratado Transpacífico, ambos com um denominador comum – os EUA, verdadeiro patrono destas ideias, com o presidente Barack Obama à cabeça. Há já bastantes anos que a Organização Mundial do Comércio, a que Portugal pertence, tem tentado avançar para a criação de um grande mercado global, até agora sem grande êxito. Como lembra Martine Bulard, num interessante artigo publicado na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* (novembro), “à laia de chamariz, os países ocidentais (e as multinacionais) optaram por

tratados de comércio livre bilaterais (União Europeia-Canadá, Estados Unidos-Coreia do Sul, etc) e, sobretudo, por zonas geográficas: o Grande Mercado Transatlântico (GMT), entre os Estados Unidos e a União Europeia; a Parceria Trans-Pacífica (PTP) entre os Estados Unidos e onze países do Pacífico... Com esta divisão do planeta em regiões, Washington pode ter esperança de conduzir a dança.” Mais adiante afirma que os americanos não poupam nos meios usados. “Segundo a investigadora australiana Patricia Ranald, Washington terá mobilizado nada menos do que seiscentos consultores para apoiar os negociadores oficiais. Quanto ao grande público, está reduzido a andar à pesca de informações sobre algo que, no entanto, é designado como *o mais vasto mercado livre do mundo*.”

E por cá? Sabendo-se que, mediante estas intenções, praticamente nenhum domínio da vida escaparia às multinacionais (educação e saúde incluídas), é urgente e indispensável perguntar ao nosso Governo o que tem a dizer sobre isto e, nomeadamente, o que pensa dos famosos *tribunais de exceção* que permitem aos gigantes do privado processar as decisões de um governo.

Passos Coelho, que gosta muito de dizer coisas e todos os dias tem espaço nos telejornais, o que terá a dizer sobre isto? Deixá-lo permanecer calado é permitir que Portugal participe impunemente nesta vergonhosa tentativa de pôr o capital a governar o mundo a seu bel-prazer.

Maior organização sindical inglesa

NUT APOIA RESOLUÇÃO OLME/FENPROF

Realizou-se nos dias 26 e 27 de novembro, em Viena, a primeira conferência especial do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE). A Fenprof fez-se representar por dois elementos do Departamento de Relações Internacionais e apresentou, com o Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário da Grécia (OLME), uma resolução sobre o impacto das políticas neoliberais na Educação, aprovada por unanimidade. Pela sua importância e atualidade, transcreve-se a intervenção de Gawain Little, da Comissão Executiva da National Union of Teachers:

“Em nome do Sindicato Nacional dos Professores (NUT), quero expressar o nosso forte apoio à resolução e explicar brevemente porquê, com base na nossa experiência.

Como a resolução deixa claro, as políticas neoliberais têm um impacto particularmente duro na Europa do Sul e do Leste. Contudo, elas são também profundamente sentidas pelos nossos associados. A crise económica tem sido usada como uma oportunidade para reduzir o envolvimento do Governo na oferta de educação. Em particular, para cortar no financiamento ao poder local. A redução do

papel do governo local no apoio às nossas escolas tem empurrado muitas para as mãos de empresas privadas. Ao mesmo tempo, em 2010, o nosso governo aprovou uma lei que promoveu a conversão de escolas financiadas pelo Estado em academias independentes. A mesma legislação impede que as autoridades locais abram novas escolas estaduais e qualquer nova escola financiada pelo Estado tem de ser posta a concurso para ser gerida por empresas privadas. Desde então, chegámos a um ponto em que mais de metade das escolas secundárias são agora academias independentes, financiadas pelo Estado com o dinheiro dos contribuintes, mas de gestão privada e independente. Isto está a aumentar maciçamente a segregação e a desigualdade no nosso sistema de ensino.

A NUT tem desenvolvido campanhas contra estes ataques, juntamente com outros sindicatos, com os pais e a comunidade educativa em geral. Acreditamos que os sindicatos de professores têm um papel importante a desempenhar no combate às políticas neoliberais e à privatização, de onde quer que elas venham.

Apelamos a todos que apoiem esta resolução e que se oponham ao neoliberalismo e às privatizações.”

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A Escola vive de um contexto demográfico, social, económico e cultural que a condiciona e que influencia muitos dos seus processos. A indisciplina e a violência na instituição escolar, sendo fenómenos que decorrem, em parte, do contexto familiar dos alunos e da própria sociedade, são também fenómenos gerados pela própria Escola, resultado do modo como se organiza e como responde às exigências do próprio sistema educativo.



A frequência, a intensidade e a gravidade das situações de indisciplina e de violência vividas nas nossas escolas têm vindo a aumentar de modo significativo, dificultando e, por vezes, impossibilitando o ensino e a aprendizagem.

Muitas têm sido as propostas apresentadas para a solução deste tipo de problemas. Propostas que vão da necessidade de introduzir alterações ao Estatuto do Aluno, que embora constituindo uma peça importante na prevenção e no combate a este tipo de atos é, por si só, claramente insuficiente para contribuir de modo significativo para a sua resolução, até à tentação de propor como solução a “reposição” do “poder dos professores”, de modo a reforçar a sua capacidade “disciplinadora”.

Convém salientar que a institucionalização de “regras” e “punições” pode conduzir a uma lógica de criação e/ou reforço dos mecanismos legais já existentes, frequentemente entendidos e aplicados de modo descontextualizado, deixando a Escola de responder às questões da cidadania, dos direitos humanos, do respeito pelas diferentes gramáticas de vida, transformando-se, também fruto das pressões que a sociedade exerce sobre ela, numa instituição fundamentalmente disciplinadora, o que favorece o aparecimento de espaços de exclusão.

Tendo em conta que os atos de indisciplina e violência nas escolas ocorrem com cada vez maior frequência, pondo em causa a dignidade pessoal e profissional dos professores e a própria função educativa, torna-se evidente e urgente a necessidade de enfrentar este tipo de situações com a consciência de que não é com medidas repressivas que se resolvem de modo satisfatório estes problemas. Razão que reafirma a urgência de criar um *Observatório para a não-violência e para a convivência escolar* – uma das 12 Medidas aprovadas no 9º Congresso da Fenprof, 2007 – com o envolvimento e a participação dos diferentes intervenientes no processo educativo.

Comprender os contextos. Proposta idêntica a uma das recomendações do Parecer nº 3/2002, “Para combater a indisciplina nas escolas”, do Conselho Nacional de Educação, medida que, a ser adotada, permitiria uma melhor compreensão dos contextos em que ocorrem as situações de indisciplina e de violência, possibilitando uma intervenção mais adequada e, por isso mesmo, mais capaz de prevenir situações futuras, tendo sempre presente o pressuposto de que o alcance e a eficácia das propostas de solução que vierem a ser apresentadas irá depender do modo como se articulam, de quem as aplica, do modo como o faz e da coerência com o contexto em que são aplicadas.

Às escolas deve ser reconhecida a autonomia necessária para agir e ensinar em função de quem as frequenta, devendo ser dotadas dos recursos necessários para construir “projetos de intervenção educativa capazes de se assumirem como oportunidades credíveis de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, social e profissional em contextos escolares caracterizados pela diversidade e heterogeneidade das populações que acolhem. Esta é, pois, a questão que vale a pena equacionar e, só em função da mesma, é que se torna aceitável abordar, posteriormente, o quadro regulamentador das medidas de natureza disciplinar passíveis de ser aplicadas de um modo útil e educativamente pertinente nas nossas escolas” (Ariana Cosme e Rui Trindade, *A Página da Educação* nº 65, 1998).

Faz sentido, nunca é demais referir, a necessidade de enveredar por uma política educativa inversa à que tem vindo a ser seguida nos últimos anos, caracterizada por uma progressiva diluição do conteúdo funcional da profissão docente, motivada não só pela atribuição de tarefas que pouco ou mesmo nada têm a ver com a função de profissionais de ensino, como também pelo irracional número de exigências profissionais que, hoje em dia, se colocam aos docentes.

GRAVAÇÃO

Em tempo de Natal, a grande música faz-se dos mistérios da morte e da traição. A responsabilidade é da Naxos, que editou duas liturgias fundamentais de António Pinho Vargas: “As interrogações ontológicas não são exclusivo dos teólogos e as questões da morte, da traição, da culpa, da dúvida, do determinismo e do livre arbítrio são eminentemente humanas”, considera o autor. Se em *Judas* “tudo é drama e a perturbação é constante, intensificada pelos instrumentos de percussão; orquestra e vozes combinam-se num complexo jogo de texturas” [M. Augusta Gonçalves, *JL*], no *Requiem* “tudo converge no drama do *Libera Me*, com as cacofonias vocais dos aflitos, um crescendo implorante que se apaga no acorde imperfeito final” [Jorge Calado, *Expresso*]. “Uma partitura nunca é inesquecível. Essa qualidade só pode ser atribuída quando se verificar o momento de mediação (o concerto), pela realização dos músicos. Aqueles foram sempre excecionais”, assinala APV, referindo-se ao Coro e Orquestra Gulbenkian, que interpretam o *Requiem* (direção de Joana Carneiro) e *Judas* (direção de Fernando Eldoro).



EDIÇÃO

«Os Trabalhos e os Dias» reúne um conjunto de imagens captadas por Ana Alvim em 2005. Da Têxtil Afonso, apenas sabia que os padrões alemães tinham abandonado o país, deixando várias centenas de mulheres desempregadas. Antes disso, no entanto, tinham tentado retirar todas as máquinas. As mulheres uniram-se, fizeram-lhes frente, barricaram-se à porta e cresceram. Tomaram conta da fábrica e quase ninguém acreditou que fossem capazes de a gerir na ausência dos proprietários. Mas as encomendas não pararam, até hoje, e os salários são sempre pagos a tempo...

Pedidos: anac.alvim@gmail.com



REGRESSO

Natural de Alfândega da Fé, com formação inicial em arquitetura, Óscar Possacos exerce a atividade de professor de Educação Visual. E é poeta, um poeta que pressente a presença dos lugares, da mudança e da distância. Publicou «Lugar Quebrado» (1982) e «Húmida Viagem» (1984), tendo este último sido distinguido com o Prémio Nacional Juvenil Ferreira de Castro. Recentemente, deu à estampa «Cantaria». A propósito, confidencia que consegue “ler nas gretas da cara de alguns homens a orografia da terra que amanhã, mimetismos das cidades que habitam. [ed. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto]



APRESENTAÇÃO

O *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) está a promover «Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho». O livro reúne textos de vários investigadores de Ciências Sociais, a propósito de entrevistas com “pessoas comuns” que testemunham os impactos da crise nas suas vidas quotidianas concretas. Tem ilustrações de André Luz e textos de Bruno Monteiro, Emília Margarida Marques, Inês Brasão, Inês Coelho, João Baía, João Queirós, José Nuno Matos, José Soeiro, Nuno Dias, Nuno Domingos, Sandra Leitão e Sara Conceição. [ed. *Outro Modo*]





A VERTIGEM DA EDUCAÇÃO

1. Questionada em muitos países onde foi adotada, a municipalização da educação está a ser negociada em grande segredo entre o MEC e alguns municípios, não se sabe quantos...

No essencial, o processo pretende concentrar nos municípios um conjunto de atribuições de política educativa, da responsabilidade do Estado: administração das escolas, gestão do currículo, organização pedagógica, gestão de recursos...

Esta transferência de competências acontece num país desigual e onde a identidade partidária e as relações autarcas-governantes colocam os municípios à mercê de lógicas que nem sempre servem os interesses das comunidades...

A vertigem de alguns municípios para a educação parece ignorar que a transferência de competências se traduz, normalmente, em problemas de financiamento, insuficiência de recursos, fragilidade da resposta autárquica...

2. Reconhecendo a importância dos municípios na construção de políticas educativas locais, educadores e professores devem:

- **exigir** que a transferência de responsabilidades seja objeto de debate público e de negociação com as organizações que os representam;
- **contestar** a interferência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas;
- **rejeitar** a transferência de qualquer competência relativa ao pessoal docente.



nesta edição

a abrir

02. **O estado da educação**
editorial

03. **Em fim de ciclo**

ação sindical

05. **Horários docentes: contra os abusos e as ilegalidades**

08. **Concursos: pior é possível!...**

10. **EPC: não houve acordo Fenprof/AEEP**

11. **1º Ciclo precisa de reflexão séria**

notícias spn

12. **SPN assinalou 32º aniversário com debate**

14. **Sandra Monteiro: somos nós que temos de atuar**

15. **Florival Lança: é possível construir uma alternativa às políticas que nos esmagam**

17. **Plano de atividades do SPN para 2015**

em foco

MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

21. **A opacidade do processo**

22. **O “contrato interadministrativo”**

24. **A intervenção do SPN**

26. **Escolas tomam posição**

internacional

28. **O Grande Mercado Transatlântico**

vemos, ouvimos e lemos

29. **Indisciplina e violência nas escolas**

a fechar

31. **A vertigem da educação**

spn
informação

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

ano XXIX · II série · nº 65
dezembro 2014 · 2 euros
spninfo@spn.pt



Carlos Dias e Alunos do Colégio dos Salesianos (Porto)

A SPN.INFORMAÇÃO e a Direção do Sindicato dos Professores do Norte desejam a todos os associados, e aos leitores em geral, um BOM ANO 2015